

Incertezas e expectativa no quadro do pacote

Newton Rodrigues *



Em face do pacote de 51 alterações (por enquanto) na vida de todos e de cada um de nós, ressalte-se o modo pelo qual foi ele fabricado, o mesmo da operação-confisco de Fernando Collor. O devaneio consistente em alardear-se que estamos em pleno regime democrático mostrou-se vão, outra vez: o presidente da República, por medida provisória (MP), impôs o que lhe sugeriu a equipe econômico-financeira. O poder de criar ou negar impostos que está na própria origem da instituição parlamentar, desde os tempos de João Sem-Terra, aliás dono de muitas propriedades e rei poderoso, não existe para valer entre nós, pois a cláusula constitucional criadora das MPs foi virada pelo avesso na falseada regulamentação que, admitindo as reedições, conseguiu piorar o instituto do decreto-lei, cujo âmbito era mais limitado. A correção adequada a essa ordem de coisas seria acabar de vez com as medidas provisórias, abrindo caminho para as leis delegadas de que ninguém cuida, embora estejam previstas no texto constitucional.

É possível que o Congresso vote algumas alterações de sentido eleitoral, pois os mandatos de todos os parlamentares estarão

em jogo a menos de um ano. Mas certamente uma das mãos repará o que for amenizado pela outra e o tucanato já informou que não quer nenhuma modificação, ao contrário do PFL. Já fez água a sugestão de não agravar o Imposto de Renda da Pessoa Física, em troca do aumento da CPMF, que o governo rejeita, por ser inadequada a certos usos de conveniência. Seguindo a praxe, o Congresso votará com o governo e nenhuma modificação radical se deve esperar, sem ocorrência de fatos extraordinários. Antontem mesmo a Câmara aprovou

O poder de criar ou negar impostos, que existe desde os tempos do rei João Sem-Terra, não existe para valer entre nós

em primeiro turno a reforma administrativa, e os funcionários públicos, cujos vencimentos permanecerão sem correção por mais um ano, completando o quadriênio henriquino, perderam novo lance na batalha de resistência. No caso das demissões, previstas em mais de 30 mil, talvez o governo prefira fazê-las por lotes, para reduzir o impacto e por não ter dados suficientes para saber, apesar de quase três anos de exercício, quem mais lhe convém dispensar.

Nenhuma análise minuciosa do pacote foi até agora feita, mas é unânime a opinião de que aumentará o desemprego e serão menores os já insuficientes índices de desenvolvimento. Politi-

camente, esses são dois dos pontos fundamentais. Em inquietante exemplo de alienação, o presidente da República tem sempre subestimado o vital problema do desemprego, que, ainda em setembro (Veja, 10/9/97), afirmou não existir. Indagado sobre os efeitos novos da globalização sobre a redução da mão-de-obra, devido ao uso de tecnologias apuradas, respondeu taxativamente: "No Brasil, o desemprego não tem crescido. Não há essa lógica férrea". Fazer pouco dos perigos da rota foi também o critério do comandante do Titanic.

Três meses antes (Gazeta Mercantil, 19/6/97), em outra longa entrevista, seguira a mesma linha: "O que importa é que a taxa de desemprego não subiu no Brasil. Ela existe na imaginação e na ameaça (...) Não há ameaça catastrófica de o desemprego galopar, o que permite que mesmo com taxas de crescimento de 3 a 4% não tenhamos agravamento da questão social". Ocorre que índices de desenvolvimento considerados insatisfatórios estão ameaçados de novo rebaixamento, o que significará, segundo a própria lógica presidencial, que a

questão social será piorada. O próprio IBGE, em dados agora divulgados, confirmou o crescimento dos sem-trabalho, sendo de considerar ainda que os empregos informais e o sistema de rodízios constituem paliativos, mesmo re-conhecendo-se o excesso da carga de obrigações trabalhistas, em alguns casos.

O mundo cor-de-rosa, tantas vezes sugerido e/ou prometido, não serve de consolo aos que sofrem a realidade. A insegurança está generalizada e a repetida queda das bolsas, em grandes centros mundiais e sobretudo em São Paulo e no Rio, confirma que os freios não têm sido bastantes e que a recuperação, dada como saneadora, carece de solidez. Nem cabe sobrestimar, como fez o presidente, o aumento de aquisição de objetos eletrodomésticos, devido à melhora temporária do poder aquisitivo de camadas subconsumidoras, pois ele espelha, também, o chamado efeito de demonstração que faz com que as compras se orientem, em certas circunstâncias, para aquisições de importância menor. Mesmo nos cafundós da Amazônia é possível ver miseráveis casas de sopapo exibindo

antenas de televisão, como se das favelas das grandes cidades. Em vista disso, perguntar "como se pode falar em dificuldades se houve absorção de 15 milhões de televisores", em dois anos, não chega a ser apropriado a um intelectual sobrecarregado de títulos acadêmicos.

Enquanto o panorama econômico-financeiro persiste coberto pela neblina da dúvida, o cenário político está num processo de alterações. Se a popularidade presidencial já vinha em queda geral, apesar de oscilações naturais, as medidas de agora, duramente impopulares, deverão acentuar a tendência. Consciente do fato, o governo ensaia variáveis táticas: proclama a obrigatoriedade do

que está fazendo, para evitar mal maior; promete que o efeito das medidas adotadas durará pouco tempo; insinua indiretamente, na mídia, que a crise converge para a necessidade de conservar quem está no posto presidencial, inspiração que lembra o refrão getulista - "Na hora da tormenta não se muda o timoneiro", divulgado às vésperas da implantação da ditadura do Estado Novo, em outro novembro distante.

Ação no PMDB, para levá-lo a ingresso oficial no bloco da reeleição, faz parte do jogo e exi-

biu novo ato, de efeitos mais publicitários que substanciais, na reunião do Conselho Político do último dia 12, uma vez que o poder decisório efetivo compete à convenção partidária, convocada para 25 de janeiro, que tende a optar por candidatura própria, motivo pelo qual o forte setor governista quer transferir a decisão para junho, o que imobilizaria o partido durante muitos meses, enfraquecendo candidaturas já postas, como as de Itamar, Sarney e Requião.

Mais do que antes, a recondução automática do atual presidente ao posto a que foi levado, em circunstâncias absolutamente diversas das atuais, passou a ser problemática. Mas não se afirmou, ainda, nas correntes oposicionistas, qualquer liderança que some capacidade afirmativa e amplitude de propostas capazes de conduzir o pleito presidencial a um segundo turno em que será muito grande a vulnerabilidade de FHC. Tão grande que, antes mesmo da atual crise, ele se tem esforçado para agregar quantos possa, numa salada de siglas, a que falta o molho da esquerda, oficialmente desprezada, pois, segundo disse, "esquerda sou eu".